

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	033/2011	EDITAL Nº	PP Nº 002/2011 – COHAB-LD
OBJETO:	Contratação de prestação de serviços técnicos especializados, para trabalho social nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais são parte integrante do Projeto Integrado (trabalho social, obras e regularização fundiária) que visa à remoção das famílias que vivem nos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II.		
NATUREZA:	Prestação de serviços.		
ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES			
DIRETORIA ATENDIDA:	Diretoria Técnica		
PEDIDO ATENDIDO:	Termo de Referência nº 001/2011		
LOCAIS E DATAS DE PUBLICAÇÃO			
<ul style="list-style-type: none"> • Diário da União, Edição de 17/01/2011; • Jornal Oficial do Município, Edição de 17/01/2011; • Folha de Londrina, Edição de 15/01/2011; • Página Oficial da COHAB-LD na Internet, de 17/01/2011 à 28/01/2011; • Quadro de avisos da COHAB-LD, de 17/01/2011 à 28/01/2011. 			
DATAS RELATIVAS AO CERTAME			
<ul style="list-style-type: none"> • Consultas: até 48(quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas; • Impugnações: até 5 (cinco) dias úteis antes do recebimento das propostas; • Protocolização dos envelopes: até as 14h30min do dia 28/01/2011, na Seção de Suprimentos da COHAB-LD; • Credenciamento dos representantes: das 14h30min às 15h00min do dia 28/01/2011; • Abertura e avaliação das propostas: dia 28/01/2011, após o credenciamento dos representantes; • PREGOEIRO(A): Eduardo Parreira da Veiga. 			
ENDEREÇOS			
<p>ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONES PARA CONSULTAS: E-mail: suprimentos@cohabld.com.br – Fone: (43) 3315-2235 – Fax: (43) 3315-2232. Expediente: das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min</p> <p>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO, ABERTURA E SESSÃO DE LANCES: Sala da Seção de Suprimentos, situada na Rua: Pernambuco, nº. 1002, Centro, Londrina – PR.</p>			
DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL			
<p>Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Do objeto e demais aspectos relacionados; II. Do Credenciamento, das Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação; III. Modelos sugeridos de Declarações/Procurações; IV. Minuta do Contrato; V. Modelo sugerido de Proposta de Preços; VI. Cópia do Projeto de Trabalho Técnico Social. 			

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD, pessoa jurídica de direito privado, torna público, através dos órgãos de divulgação constantes do preâmbulo deste, que realizará processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Presencial, do **Tipo Menor Preço Global**, visando à contratação de Empresa para prestação, de forma direta, de serviços técnicos especializados, para trabalho social nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), conforme descrito no Anexo I deste Edital, cujas despesas serão providas com recursos do Contrato de Repasse do FNHIS/2009, nº 0301551-32/2009, firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa/PML/COHAB-LD.

O processo será realizado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 123, de 19 de fevereiro de 2008, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, aplicada subsidiariamente, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, além dos termos deste Edital.

Os interessados deverão protocolar 2 (dois) envelopes na Seção de Suprimentos da COHAB-LD, na Rua Pernambuco nº 1.002 – Centro – Londrina (PR), **até às 14:30 horas do dia 28 de janeiro de 2011.**

Os interessados deverão protocolar os seus envelopes dentro do prazo estipulado acima, sob pena de estarem impedidos de participar.

Caso não haja expediente na data originalmente estabelecida, ficam os procedimentos automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários fixados anteriormente.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital. O(A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

1.2. Os licitantes que tenham manifestado interesse no certame poderão protocolar pedido de esclarecimento sobre o Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, no endereço e horário discriminado no preâmbulo deste instrumento. O(A) Pregoeiro(a) deverá responder ao pedido apresentado em até 24 (vinte e quatro) horas. Caso a resposta ao pedido de esclarecimento importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Caso a resposta ao pedido de impugnação importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. O credenciamento dos representantes será feito das **14h30min às 15h00min horas do dia 28 de janeiro de 2011**. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do(a) Pregoeiro(a).

3.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

3.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.6. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

ENVELOPE DA PROPOSTA:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP- 002/2011-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL**
- **ENTREGA DO ENVELOPE:** (Colocar o horário máximo permitido para entrega).
- **ABERTURA DO ENVELOPE:** (Colocar a data e horário da abertura).
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP-002/2011-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO**
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

3.7. O envelope nº 1 deverá conter todos os requisitos exigidos para a proposta comercial, enquanto que o envelope nº 2 deverá conter a documentação para fins habilitatórios.

3.8. No ato da entrega dos envelopes ao(à) Pregoeiro(a), o licitante deverá entregar, também e separadamente, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/02), podendo utilizar-se do modelo constante do presente Edital.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação está descrito no Anexo I deste Edital, onde constam para o seu entendimento:

- I - A especificação e informações atinentes;
- II - O preço máximo e fonte de recursos;
- III - O prazo, a forma e local de execução;
- IV - A sistemática de entrega e recebimento;
- V - Os trâmites para pagamento; e
- VI - As penalidades previstas para o caso de inexecução.

4.2. Os serviços técnicos especializados deverão ser de BOA QUALIDADE, e obedecer às normas e padrões da ABNT, do INMETRO, e de outras a que estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente às finalidades que dele(s) se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, e quando for o caso, atender às legislações específicas.

4.3. Os serviços serão realizados conforme as atividades previstas no Projeto Técnico de Trabalho Técnico e Social (PTTS), nos locais de ocupação irregular dos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga e após a transferência das famílias para as unidades habitacionais a serem construídas no Jardim Horizonte II.

5. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- I - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- II - Credenciamento dos interessados;
- III - A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das propostas selecionadas;
- VI - A adjudicação da proposta de menor preço;
- VII - A elaboração de ata;
- VIII - A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- IX - Recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
- X - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- II - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes; e/ou
- III - Que apresentem preço com valor acima do preço máximo previsto no Edital.

6.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três); e
- III - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o(a) Pregoeiro(a) dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de licitações para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste Edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas de acordo com os critérios do subitem 6.3, a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.1.3. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.1.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta **de menor preço, observada a redução mínima entre os lances estipulada no item 7.1.6., aplicável inclusive em relação ao primeiro.**

7.1.6. O valor mínimo admitido para redução entre os lances será estabelecido pelo Pregoeiro, na própria Sessão de Lances, em comum acordo com os licitantes aptos a formularem os lances.

7.1.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

7.1.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

7.2. Por força da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado “**empate**”, quando, ao final da etapa de lances, a licitante que esteja competindo na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte tenha apresentado seu último lance com valor até **5% (cinco por cento)** acima do lance melhor classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao melhor classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;

7.2.2. Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificada em primeiro lugar e declarada vencedora;

7.2.3. Haverá a preclusão do direito caso a microempresa ou empresa de pequeno porte manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido no subitem 7.2.1, ou não esteja presente na sessão pública;

7.2.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se situem no intervalo de 5%, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.2.5. Caso haja equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que estejam empatadas, realizar-se-á sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.2.6. Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.2.7. Caso restem classificadas em 1º lugar mais de uma proposta com valores nominais idênticos, e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno, o desempate se dará com o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno, condicionado ao oferecimento de nova proposta de valor inferior àquele originalmente proposto;

7.2.8. Caso restem classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com uma ou mais propostas de grandes empresas, deverá ocorrer um sorteio entre as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno, para que a sorteada exerça o direito de oferecer nova proposta de valor inferior;

7.2.9. Não havendo redução de preço, será declarada vencedora a proposta que originalmente se encontrava em primeiro lugar.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.1. Ao final da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das três propostas de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhes facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

8.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a

critério da COHAB-LD, para a regularização da documentação, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.3. Ultrapassado o prazo previsto no subitem 8.1.2, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à COHAB-LD convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor. O(a) Pregoeiro(a), observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.3. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **Menor Preço Global**.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada nesta fase a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. O julgamento será pelo preço total.

9.2. Para fins de julgamento, serão considerados os preços com até 02 (duas) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se o devido ajuste no preço global.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com os preços propostos acima do preço máximo previsto no Edital.

9.4. Serão igualmente desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital, que forem omissas ou vagas, que impuserem condições diferentes das dispostas no presente, ou que contiverem preços ou execução condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza aqui não previstas, inclusive financiamentos subsidiados, bem como preço ou vantagem baseados nas propostas das demais licitantes, ou que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, como também aquelas que apresentarem alternativas. Não serão aceitas propostas com preços de valor zero, irrisórios ou manifestamente inexeqüíveis.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

10.2. Após a manifestação imediata, o licitante terá prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) à vencedora.

10.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no processo para responder pelo(a) licitante.

10.5. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

10.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

10.7. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo, podendo ser dado prosseguimento ao processo até à homologação, ficando vedada a aquisição/contratação sem que haja a decisão do recurso.

10.7.1. Caso não seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo terá sua continuidade a partir do último ato executado.

10.7.2. Caso seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), os atos afetados pela decisão deverão ser retificados, em especial aqueles que alterem o resultado do certame e, por conseqüência, os atos de adjudicação e homologação.

10.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de recursos o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.

11.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório ao(à) Pregoeiro(a), para continuidade do processo, na forma do Edital.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através de Contrato Administrativo, conforme minuta prevista no Anexo IV, observadas as condições estabelecidas neste Edital, a legislação vigente e a(s) proposta(s) vencedora(s), independentemente de transcrição de qualquer parte do seu texto.

12.2. O Contrato Administrativo deverá ser emitido contendo, no mínimo, as seguintes condições:

- I - O objeto e seus elementos característicos;
- II - O preço, recurso financeiro e condições de pagamento;
- III - A forma, prazo e o local do fornecimento dos bens e/ou prestação dos serviços;
- IV - O prazo de execução do objeto e vigência contratual;
- V - O recebimento do objeto e a fiscalização do contrato;
- VI - A indicação do respectivo processo licitatório e os anexos contratuais;

- VII - As obrigações da Contratada e da COHAB-LD;
VIII - Os casos de rescisão e sanções administrativas;

12.3. O licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo solicitar prorrogação desse prazo por igual período, por motivo justo e aceito pela COHAB-LD.

12.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, é facultado à COHAB-LD, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação e observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta lei e legislação pertinente.

12.5. A assinatura do Contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou por mandatário com poderes expressos.

12.6. É vedada a subcontratação parcial do objeto e a cessão ou transferência total ou parcial do Contrato, a quem não atenda as condições de habilitação e sem prévia autorização da COHAB-LD.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O Diretor Presidente da COHAB-LD poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. A COHAB-LD poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

13.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da COHAB-LD, a finalidade e a segurança da contratação, resguardado, ainda, o interesse público e os princípios norteadores da licitação.

13.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município.

13.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

13.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.9. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da COHAB-LD, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

13.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Do Objeto e demais aspectos relacionados;
- Anexo II - Do Credenciamento, das Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação;
- Anexo III - Modelos sugeridos de Declarações/Procurações;
- Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;
- Anexo VI - Cópia do Projeto de Trabalho Técnico Social.

Londrina, 13 de janeiro de 2011.

Marcelo Baldassarre Cortez
Diretor Administrativo-Financeiro

Jonas Villar Pitz
Diretor Técnico

João Alberto Verçosa Silva
Diretor Presidente

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO I

DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de Empresa para a prestação, de forma direta, de serviços técnicos especializados para trabalho social nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais são parte integrante do Projeto Integrado (trabalho social, obras e regularização fundiária) que visa a remoção das famílias que vivem em ocupação irregular nos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II.

1.2. Os serviços especificados no subitem anterior serão executados nos locais de ocupação irregular dos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga e após a transferência das famílias para as unidades habitacionais a serem construídas no Jardim Horizonte II. aa

1.3. Para execução dos serviços deverão ser obedecidos os seguintes requisitos:

- I - Os serviços deverão ser executados de forma direta pela empresa proponente, que deverá contar com os seguintes profissionais, conforme a seguir discriminado:
 - a) **1 (um) coordenador técnico**, o qual deverá ser graduado em Serviço Social e comprovar experiência mínima de 01 (um) ano em coordenação de equipes multidisciplinares, com especialização em áreas afins. A carga horária semanal, será de 20 (vinte) horas;
 - b) **3 (três) profissionais de Serviço Social**, os quais serão responsáveis pela execução dos serviços, conforme segue: 2 (dois) profissionais para execução de Mobilização e Organização Comunitária (MOC); e 1 (um) profissional para execução de Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais deverão comprovar experiência mínima de 01 (um) ano no desenvolvimento de trabalho com comunidades. A carga horária semanal será a seguinte: de 30 (trinta) horas para os responsáveis pela execução do MOC e de 20 (vinte) horas para o responsável pela execução do GTR;
 - c) **1 (um) profissional de Geografia**, o qual deverá comprovar experiência mínima de 01 (um) ano em trabalhos de Educação Sanitária e Ambiental (ESA). A carga horária semanal, será de 20 (vinte) horas;
 - d) **1 (um) profissional de Educação Física**, o qual deverá comprovar experiência mínima de 01 (um) ano em trabalhos com comunidades. A carga horária semanal, será de 20 (vinte) horas;
- II - Deverá ser comprovado pelos profissionais que executarão os serviços, conforme acima citado, formação acadêmica nas áreas específicas, mediante apresentação de Certificado de Conclusão de Curso, bem como experiência de trabalho comprovada, através de registro em carteira e/ou atestados de comprovação de execução de trabalhos semelhantes ou similares ao objeto deste Edital e, ainda, comprovação de Registro no competente Conselho de Classe;
- III - Comprovação, por meio de, no mínimo, 01 (um) Atestado em nome da empresa proponente (pessoa jurídica), que comprove que a mesma já executou serviços similares ou compatíveis ao

objeto do presente Edital. Tal(is) Atestado(s) deverá(ão) ser expedido(s) por entidades públicas da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

- IV - Os profissionais indicados a compor a equipe técnica deverão manter vínculo com a empresa proponente durante todo o período de prestação dos serviços, o qual deverá ser comprovado através de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou outro documento que demonstre tal vínculo, sendo que tal comprovação poderá ser efetuada **até a data de assinatura do contrato**.

1.4. O trabalho consiste das seguintes ações:

- I - Executar todas as atividades previstas no PTTS (Projeto de Trabalho Técnico Social) no que diz respeito ao MOC (Mobilização e Organização Comunitária, ESA (Educação Sanitária e Ambiental) e GTR (Geração de Trabalho e Renda);
- II - Garantir a participação e o maior número de pessoas e desenvolvimento, criando mecanismos de divulgação e mobilização;
- III - Garantir condições para o exercício da participação comunitária;
- IV - Promover atividades para elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias para que se expressem e se desenvolvam através de um conjunto de intervenções técnicas sociais;
- V - Fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local;
- VI - Promover a gestão participativa com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento;

2. DOS PREÇOS MÁXIMOS

2.1. O valor máximo total estimado da licitação é de R\$ 448.500,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes do presente serão suportadas com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 0301551-32-32/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.

4. FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes deste Edital e seus anexos, obedecerem às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, atender às normas de SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e da Vigilância Sanitária e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

4.2. É de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, por funcionários ou pertences da vencedora ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Mensalmente deverão ser apresentados relatórios pelo(s) técnico(a) especializado(a) sobre as atividades desenvolvidas junto às famílias a serem atendidas, as quais serão retiradas dos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarin e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II.

5.2. Os serviços prestados serão conferidos no momento da entrega dos relatórios mensais, e se os mesmos não corresponderem às especificações exigidas, conforme o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), será concedido um prazo de 03 (três) dias úteis para adequações, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3. Os relatórios mensais relativos aos serviços objeto deste Edital deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal distinta, correspondente ao mês da execução, constando no corpo da mesma o número do Contrato, os serviços executados, o valor total, além das demais exigências legais.

5.4. O objeto deste Edital somente será considerado concluído mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

5.5. O recebimento definitivo do objeto deste Edital não exime o prestador dos serviços de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada pelos serviços prestados.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado após a aprovação e liberação pela Caixa Econômica Federal, dos relatórios mensais, os quais serão encaminhados àquela instituição já com o aceite pela fiscalização do Contrato, obedecido o cronograma físico-financeiro constante do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), Anexo VI deste Edital, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à futura contratada para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

6.3. O pagamento será efetuado após a comprovação de que a futura contratada se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta "on-line" ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

6.4. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a empresa contratada deverá apresentar os documentos relativos à contratação dos profissionais e os comprovantes/demonstrativos de pagamentos de salários e demais encargos, quando for o caso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada

sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente na ordem de serviço, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto**.

7.2. Havendo atraso de pagamento, observado o previsto no subitem 6.1 deste Anexo I, a COHAB-LD pagará à Contratada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

7.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato**.

7.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**.

7.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Ordem de Serviço, após 05 (cinco) dias da notificação, **para efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução total da sua obrigação.

7.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa¹ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7^o da Lei 10.520/02 e alterações.

¹ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

ANEXO II

DO CREDENCIAMENTO, DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL E DA HABILITAÇÃO

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II - Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo da presente encontra-se no Anexo III deste Edital;
- III - Tratando-se de microempresa e empresas de pequeno porte, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, estas deverão apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. O modelo da presente encontra-se no Anexo III deste Edital;
- IV - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos. O modelo da presente encontra-se no Anexo III deste Edital.
- V - Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação. O modelo da presente encontra-se no Anexo III deste Edital.

2. DA PROPOSTA COMERCIAL

2.1 O envelope 1 (um) da licitação deverá conter a proposta comercial, elaborada considerando os seguintes requisitos:

- I - Ser preenchida, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, podendo ser elaborada nos moldes do modelo sugerido no Anexo V, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante;
- II - Conter o preço unitário e total dos serviços, já inclusos os custos, encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a execução dos serviços;
- III - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
- IV - Condições de pagamento: pagamento será realizado após a aprovação e liberação pela Caixa Econômica Federal, mediante a análise dos relatórios mensais os quais serão encaminhados aquela instituição já com o aceite pela fiscalização do Contrato, obedecido o cronograma físico-financeiro constante do Projeto de Trabalho Técnico Social (Anexo VI deste Edital), mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura;
- V - Dos Prazos:
 - a) De execução dos serviços: 21 (vinte e um) meses e terá o seu início a partir da expedição da Ordem de Serviços pela COHAB-LD;
 - b) Vigência Contratual: A vigência contratual é de 36 (trinta e seis) meses e terá início na data de assinatura do Contrato entre a COHAB-LD e o vencedor da presente licitação;

- c) A execução dos serviços deverá ter seu início antes do início da execução das obras e serviços de construção das 293 (duzentas e noventa e três) unidades e terminará 06 (seis) meses após a conclusão da mesma.

VI - Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

2.2. A omissão da indicação na proposta dos incisos “IV”, “V” e “VI” não acarretará na desclassificação da proposta, mas implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Apresentação dos documentos que comprovam a qualificação dos Profissionais/Técnicos que executarão os serviços, conforme exigências contidas no subitem 1.3, inciso II, do Anexo I, deste Edital, sob pena de desclassificação.

2.3.1. A comprovação de que os Profissionais indicados a compor a equipe técnica mantêm vínculo com a empresa proponente, poderá ser efetuada **até a data de assinatura do contrato**, conforme disposto no subitem 1.3, inciso IV, do Anexo I, deste Edital, sob pena de desclassificação.

2.4. Apresentação de documento(s) que comprove(m) que a empresa proponente já executou serviços similares ou compatíveis ao objeto do presente Edital, conforme requisito exigido no subitem 1.3, inciso III, do Anexo I, deste Edital, sob pena de desclassificação.

2.5. Apresentação do Cronograma físico-financeiro, obedecido o modelo apresentado no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), sob pena de desclassificação.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. O envelope 2 (dois) da licitação deverá conter os documentos necessários à habilitação neste certame, sendo obrigatória a apresentação:

- I - Prova de ramo de atividade compatível com o objeto licitado, por meio do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas últimas alterações que importaram em modificações do objeto social, do capital e da administração da empresa e lhe conferiram a feição atual, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III - Prova de regularidade junto ao INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- IV - Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
- V - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, conforme Lei Federal nº 8.036/90;
- VI - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- VII - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, devendo ser mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários, expedida como segue:
 - a) Pelo Município do domicílio ou sede da licitante, e também;
 - b) Do Município de Londrina, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel na cidade de Londrina, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante com sede ou domicílio em outro município, não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel na cidade de Londrina, poderá substituir a Certidão requerida nesta alínea “b” por declaração firmada sob as penas da lei

comprovando esta situação, podendo neste caso, ser utilizado o modelo constante neste Edital;

- VIII - Declaração que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, podendo ser utilizado o modelo constante no anexo III deste Edital, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- IX - Declaração “Sócio que assinará o Contrato”, podendo ser utilizado o modelo constante no anexo III deste Edital. O referido documento visa unicamente agilizar o andamento do processo, sendo que sua não apresentação, não implicará na inabilitação do proponente.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

- 4.1.** Os documentos referidos no item 1 a 3 deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.
- 4.2.** A documentação de que trata o item 1 a 3 deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.**
- 4.3.** Caso os documentos referidos no item 1 a 3 deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.
- 4.4.** Para fins do disposto na alínea “b” do inciso VII do subitem 3.1, deste Anexo II, define-se como estabelecimento, qualquer local onde são exercidas atividades inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes de Londrina (artigo 108 da Lei Municipal nº 7303/97 – Código Tributário Municipal). A falsa declaração do licitante, para fins do disposto no mesmo inciso, implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.
- 4.5.** Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

ANEXO III

MODELOS SUGERIDOS
(Declarações e Procurações)

1. DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO NEM PROPRIEDADE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (SOMENTE PARA LICITANTES QUE TENHAM SEDE OU DOMICÍLIO EM OUTRO MUNICÍPIO)

DECLARAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial nº PP-___/2011-COHAB-LD, que não possui estabelecimento nem propriedade imóvel no Município de Londrina.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

2. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

DECLARAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial nº PP-___/2011-COHAB-LD, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

3. PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA “_____”, com sede na Rua _____, n.º _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º PP-___/2011-COHAB-LD, instaurado pelo COHAB-LD, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura

Nome do Responsável pela Outorga

4. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Pregão n.º PP-___/2011-COHAB-LD, junto a COHAB-LD, que a empresa inscrita no CNPJ sob o n.º, não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Nome

Assinatura do Representante Legal

5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(nome/razão social), inscrita no CNPJ Nº por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresas ou empresa de pequeno porte nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

6. DECLARAÇÃO “SÓCIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO”.

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins, que os sócios proprietários (ou quem o estatuto de constituição societária designar) da empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na Rua _____, são os Srs. _____ (nomes completos) _____

Declaro ainda, que, no caso desta empresa ser vencedora do certame promovido pelo Pregão n.º PP-_____/2010-COHAB-LD, a pessoa que assinará o instrumento contratual será o(a) Sr(a). _____ (nome completo), _____ (nacionalidade) _____, _____ (profissão) _____, residente e domiciliado(a) na cidade _____, portador(a) do R.G. n.º _____ e do CPF n.º _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Para os fins de participação na licitação, na modalidade Pregão Presencial n.º PP ___/2011-COHAB-LD, a (...nome da empresa), CNPJ/MF n.º, sediada (...endereço completo)..., declara, sob as penas da Lei que, até esta data, inexistem fatos impeditivos de habilitação e contratação com a Administração Pública e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições constantes no presente Edital de Pregão e seus anexos. Declara, ainda, que esta empresa cumpre plenamente os requisitos de Habilitação exigidos no procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º PP ___/2011, instaurado pela COHAB-LD.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD, E A EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2011 – COHAB-LD.

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato, de um lado, como CONTRATANTE, a **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 1.008 de 26 de agosto de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.616.760/0001-15, com sede nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pernambuco nº 1.002, Centro, neste ato representada por seus Diretores Presidente, Administrativo/Financeiro e Técnico, , respectivamente, **JOÃO ALBERTO VERÇOSA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.416.635-1/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 324.289.799-49, **MARCELO BALDASSARRE CORTEZ**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.307.816-01/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 756.764.199-20 e **JONAS VILLAR PITZ**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 887.223/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 209.918.609-00, ao final assinados, todos residentes e domiciliados nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **COHAB-LD** e, de outro lado, a empresa (qualificar a empresa), neste ato representada por seu Sócio-Gerente (qualificar o representante), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Pregão Presencial nº 001/2011-COHAB-LD, fundamentado na Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que, ao final, esta subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente Contrato, nas seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços técnicos especializados para trabalho social nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho Renda (GTR), os quais são parte integrante do Projeto Integrado (trabalho social, obras e regularização fundiária) que visa a remoção das famílias que vivem nos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II.

§1º. As famílias que serão beneficiadas com as moradias são atualmente moradoras das ocupações irregulares dos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga,.

§2º. Os serviços conforme acima especificado serão executados nos dois locais, nas ocupações irregulares, conforme constantes do § 1º desta Cláusula Primeira, e nas moradias do Jardim Horizonte II.

§3º. O trabalho consiste das seguintes ações:

- I - Executar todas as atividades previstas no PTTs (Projeto de Trabalho Técnico Social) no que diz respeito ao MOC (Mobilização e Organização Comunitária, ESA (Educação Sanitária e Ambiental) e GTR (Geração de Trabalho e Renda);

- II - Garantir a participação e o maior número de pessoas e desenvolvimento, criando mecanismos de divulgação e mobilização;
- III - Garantir condições para o exercício da participação comunitária;
- IV - Promover atividades para elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias para que se expressem e se desenvolvam através de um conjunto de intervenções técnicas sociais;
- V - Fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local;
- VI - Promover a gestão participativa com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento;

§4º. Os serviços deverão ser executados por profissionais, conforme a seguir discriminado:

- I - **1 (um) coordenador técnico**, com experiência comprovada, conforme documentos apresentados no processo licitatório, em coordenação de equipes multidisciplinares, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;
- II - **3 (três) profissionais de Serviço Social**, com experiência comprovada, conforme documentos apresentados no processo licitatório, em desenvolvimento de trabalhos com comunidade para execução dos serviços, conforme segue: 2 (dois) profissionais que executarão a Mobilização e Organização Comunitária (MOC); e 1 (um) profissional que executará a Geração de Trabalho Renda (GTR), com carga horária semanal conforme segue: de 30 (trinta) horas para os responsáveis pela execução do MOC; e de 20 (vinte) horas para o responsável pela execução do GTR;
- III - **1 (um) profissional de Geografia**, com experiência comprovada, conforme documentos apresentados no processo licitatório, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;
- IV - **1 (um) profissional de Educação Física**, com experiência comprovada, conforme documentos apresentados no processo licitatório, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- I - Edital de PREGÃO n.º PP-002/2011-COHAB-LD e seus anexos;
- II - Proposta da CONTRATADA, datada de dede 2011.

§1º. Os documentos mencionados nesta Cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este Contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§2º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este Contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços técnicos especializados a COHAB-LD pagará à CONTRATADA o valor de R\$, em parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA:

§1º. Os pagamentos serão realizados após a aprovação e liberação pela Caixa Econômica Federal, dos relatórios mensais os quais serão encaminhados àquela instituição já com o aceite pela fiscalização do Contrato, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

§2º. Nos preços constantes nesta Cláusula já estão inclusos os custos, encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos serviços.

§3º. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

§4º. O pagamento será efetuado após a comprovação de que a CONTRATADA se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta "on-line" ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

§5º. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relativos à contratação dos profissionais que compõe a equipe técnica e os comprovantes/demonstrativos de pagamentos de salários e demais encargos, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução dos serviços será de **21 (vinte e um) meses**, e terá o seu início na data de expedição da Ordem de Serviço expedida pela COHAB-LD;

§1º. A vigência contratual será pelo período de 36 (trinta e seis) meses e se iniciará na data de assinatura do presente Contrato.

§2º. A execução dos serviços deverá ter seu início antes do início da execução das obras e serviços de construção das 293 (duzentas e noventa e três) unidades e terminará 06 (seis) meses após a conclusão da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

Os prazos de execução e vigência contratual poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas no art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações, e também quando houver necessidade e interesse da COHAB-LD, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Mensalmente deverão ser apresentados, pela CONTRATADA, relatórios pelo(s) técnicos(a) especializados(a) sobre as atividades desenvolvidas junto às famílias a serem atendidas, as quais serão retiradas dos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarin e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II, conforme previsto no cronograma de atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

§1º. Os serviços prestados serão conferidos no momento da entrega dos relatórios mensais, e se os mesmos não corresponderem às especificações exigidas, conforme o Projeto de Trabalho Técnico Social

(PTTS), será concedido um prazo de 03 (três) dias úteis para adequações, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§2º. Os relatórios mensais relativos aos serviços objeto deste Edital deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal distinta, correspondente ao mês da execução, constando no corpo da mesma o número do Contrato, os serviços executados, o valor total, além das demais exigências legais.

§3º. O objeto deste Contrato somente será considerado concluído mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo pela Fiscalização do Contrato.

§4º. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato não exime a CONTRATADA de ser responsabilizada, dentro das penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada pelos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização deste Contrato será feita por funcionários da COHAB-LD previamente designados por Portaria, os quais efetuarão a conferência dos Relatórios apresentados mensalmente e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes no processo que deu origem, encaminhando a(s) Nota(s) Fiscal(is) para a Seção de Suprimentos para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Terceira.

- I - No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições;
- II - A fiscalização por parte da COHAB-LD não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização;

§1º. Caberá à fiscalização do Contrato:

- I- O acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, conforme descrito na Cláusula Oitava deste Contrato;
- II- O acompanhamento, aceitação, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem as requisições;
- III- Exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§2º. Caberá a Fiscalização do Contrato a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS e INSS).

§3º. Entende-se como Fiscais do Contrato, os funcionários pertencente à COHAB-LD, devidamente designados e nomeados por Portaria para acompanhamento da execução dos serviços técnicos especializados objeto do presente Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Disponibilizar os técnicos graduados e especializados para executar as atividades previstas no cronograma de atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social, devidamente habilitados perante os Conselhos de Classes, conforme documentação apresentada por ocasião da abertura da licitação;
- II - Realizar as atividades e eventos previstos no Projeto de Trabalho Técnico Social, sendo estas, as suas custas e expensas;
- III - Responder por todas as atividades advindas da contratação, sendo de sua inteira responsabilidade;
- IV - Arcar com as despesas administrativas e de transporte dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços;
- V - Obedecer os prazos para a entrega dos relatórios de atividades, sob pena de atraso no pagamento devido a sua tramitação junto a COHAB e a CAIXA ECONOMICA FEDERAL;
- VI - Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante toda a execução deste contrato;
- VII - Operar como uma organização completa, independente e sem vínculo com a COHAB-LD, realizando os serviços, objeto deste contrato, dentro dos mais altos conceitos do ramo;
- VIII - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza, com o pessoal de sua contratação, necessários à execução do Contrato, inclusive os encargos relativos à Legislação Trabalhista, Previdenciária, Acidentes de Trabalho e/ou outros semelhantes;
- IX - Manter, por si, por seus prepostos eventuais subcontratados, irrestrito segredo de todas as atividades desempenhadas em relação aos serviços descritos no objeto deste Contrato;
- X - Encaminhar as Notas Fiscais do período juntamente com as Certidões de INSS e FGTS comprovando a regularidade fiscal.

Parágrafo único. Havendo divergências entre alguma disposição contida neste instrumento contratual, e no Edital de PREGÃO n.º PP-002/2011-COHAB-LD e seus anexos, será feita uma avaliação para análise de qual prevalecerá, sempre visando à supremacia do interesse público.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA COHAB-LD

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da COHAB-LD:

- I - Efetuar os pagamentos após a liberação dos valores pela Caixa Econômica Federal, observado sempre o contido no §1º, da Cláusula Terceira deste Contrato;
- II - Proporcionar o acesso às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto deste Contrato;
- III - Disponibilizar à CONTRATADA 02 computadores, 02 máquinas fotográficas digitais, mesas e cadeiras para a instalação da sede administrativa do projeto, conforme discriminado no Projeto de Trabalho Técnico Social;
- IV - Disponibilizar à CONTRATADA o número suficiente de Estagiários, para composição da equipe técnica, conforme disposto no Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS);
- V - Viabilizar junto à rede de serviços da região, um espaço para a instalação da sede administrativa do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente na ordem de serviço, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto**.

§1º. Havendo atraso de pagamento, observado o previsto no inciso I da Cláusula Oitava deste Contrato, a COHAB-LD pagará à CONTRATADA multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

§2º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato**.

§3º. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**.

§4º. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento, após 05 (cinco) dias da notificação, **para efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução total da sua obrigação.

§5º. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa³ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I - A critério da COHAB-LD, quando a CONTRATADA:

- a) Subcontratar no todo ou em parte o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da COHAB-LD;
- b) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) Falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que, a juízo da COHAB-LD, prejudique a execução do Contrato;
- d) Outras hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93.

³ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

II - Pela CONTRATADA, quando a COHAB-LD inadimplir quaisquer Cláusulas ou Condições estabelecidas neste Contrato;

III - Amigavelmente, por acordo entre as partes.

§1º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do COHAB-LD, poderá o presente Contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte do COHAB-LD.

§2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade do COHAB-LD pelo pagamento das fase do objeto executadas e não pagas.

§3º. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato, além da multa prevista na Cláusula Nona, e demais penalidades cabíveis, fica sujeita a uma das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COHAB-LD, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§4º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta Cláusula, implicará a apuração de perdas e danos e sujeitará a CONTRATADA à retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à COHAB-LD, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas referentes a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, serão pagas com recursos oriundos do Programa FNHIS-2009 - Contrato de Repasse nº 0301551-32/2009/MCIDADES/CAIXA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Londrina, não obstante qualquer mudança de sede da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter em Londrina um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justas e acertadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Londrina, aos __ de _____ de 2011.

MARCELO BALDASSARRE CORTEZ
Diretor Administrativo/Financeiro

JOÃO ALBERTO VERÇOSA SILVA
Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1) _____ 2.) _____

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO V

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA:	CNPJ:	
ENDEREÇO:	TELEFONE:	
MUNICÍPIO:	INSC. ESTADUAL:	
Para a prestação de serviços técnicos especializados para trabalho social nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais são parte integrante do Projeto Integrado (trabalho social, obras e regularização fundiária) que visa a remoção das famílias que vivem nos Fundos de Vales do Parque Residencial do Café, Jardins Palmas, Paracatu e Ilha do Mel, Conjunto Habitacional Hilda Mandarino e área remanescente do lote 267 da Gleba Jacutinga, totalizando o atendimento de 293 (duzentas e noventa e três) famílias que serão beneficiadas com a construção de 293 (duzentas e noventa e três) unidades habitacionais no Jardim Horizonte II, na cidade de Londrina-PR, apresentamos a proposta a seguir discriminada:		
Prazo de contratação	Valor Mensal	Valor Total
21 meses		
Valor total da proposta – R\$. _____ (_____)		
Condições de Pagamento: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Condições de prestação dos serviços: de acordo com o especificado no Edital e seus Anexos. Prazo de execução dos serviços e vigência contratual: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.		
DECLARAÇÃO		
A empresa signatária desta PROPOSTA declara conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital de Pregão Presencial nº 002/2011 – COHAB-LD, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais, e, ainda, aceita em prestar os referidos serviços técnicos, nos prazos e condições estabelecidas no referido Edital.		
Londrina, _____ de _____ de 2011.		
_____ Assinatura do Representante Legal da Proponente		

ANEXO VI

CÓPIA DO PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS)